



POSSIBILIDADES DO TRABALHO SOCIAL EM INTERFACE COM A CULTURA NOS TERRITÓRIOS

Aline Fernanda de Oliveira Fogaça¹
André Katsuyoshi Misaka²
Iranildo da Silva Marques³
Luciana Prates Cordeiro⁴
Neusa Cavalcante Lima⁵

RESUMO

O trabalho social é referenciado por assistentes sociais que atuam nos diferentes serviços das políticas públicas. Partindo desse pressuposto, o presente artigo traz uma análise da prática profissional na interlocução com as categorias cultura e território. Ancorada nas produções dos historiadores marxistas britânicos, a categoria cultura possibilitou romper com os estereótipos construídos pela classe dominante em consonância com determinadas autoras do Serviço Social. Foi possível concluir que o processo do trabalho social desvela diversas vivências culturais dos sujeitos sociais, expressas como formas de superação da ordem do capital.

Palavras-chave: Cultura. Territórios. Trabalho Social.

Social work is referenced by social workers that act in different public policy services. Based on this assumption, this article presents an analysis of professional practice in the dialogue with the categories of culture and territory. Anchored in the productions of British Marxist historians, the category of culture made it possible to break with the stereotypes constructed by the ruling class in consonance with certain authors of Social Work. It is possible to conclude that the process of social work reveals different cultural experiences of social subjects, expressed as ways to overcome the order of capital.

Keywords: Culture. Territories. Social Work.

¹ Assistente Social na Prefeitura de São Bernardo do Campo/Sp. Docente do curso de Serviço Social da Unip, São Paulo/Sp. Mestre e Doutoranda em Serviço Social pela PUC/SP. Pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Cidades e Territórios da PUC/SP. E-mail: alinefhogassa@gmail.com

² Assistente social da Prefeitura de São Paulo - São Paulo/SP, Brasil, mestre e doutorando em Serviço Social pela PUC-SP. Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade (Nepi) da PUC-SP. E-mail: andremisaka@hotmail.com

³ Mestre em Serviço Social pela PUC-SP. Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade (Nepi) da PUC-SP. E-mail: iran.marques@gmail.com

⁴ Docente do curso de Serviço Social do CEUNSP – campus Itu/SP. Assistente Social Judiciária do TJSP. Mestre em Serviço Social pela PUC/SP. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças e Adolescentes do Programa de Pós-graduação em Serviço Social (NCA – PUC/SP).

⁵ Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense de Campos (SSC-UFF). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade (Nepi - PUC-SP) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social, Trabalho e Proteção Social (Getraps) da UFF. E-mail: neusalima@id.uff.br



1 INTRODUÇÃO

O artigo apresentado aborda o trabalho social no âmbito das políticas públicas, na sua interlocução com as categorias cultura e território. Trata-se de problematizar as possibilidades para o trabalho social, oportunizadas pela apreensão dos sujeitos sociais, que buscam acessar as políticas e serviços sociais, como sujeitos que constroem história a partir das suas experiências, entendidas como mediação entre as condições objetivas de vida e a consciência de classe, segundo Thompson (2011).

Nesse sentido, o trabalho social configura-se espaço de possibilidade de se tratar as experiências vividas no território, mediadas por processos de cunho socioeducativo que permitam o diálogo, compartilhamento entre os sujeitos e a construção de nova sociabilidade. Considera-se na análise do trabalho social nos territórios, a diversidade desses segmentos da classe trabalhadora, incorporando trabalhadores e trabalhadoras migrantes na compreensão ampliada de classe trabalhadora, conforme Antunes (2004)

2. O CHÃO NO QUAL SE CONSTRÓI HISTÓRIA

Ao tratarmos da temática cultura, território e trabalho social, no contexto urbano de financeirização do capital, temos por referência a trajetória realizada pelas ciências sociais que colocam como desafio a realização de estudos sobre a sociedade, a partir de matrizes que incorporem a dimensão da ação do sujeito no movimento da história. Desafios traduzidos por Ribeiro (2009) como:

O comprometimento das ciências sociais com estas tarefas traduz-se, por exemplo, em pesquisas sobre modos de vida, meios de subsistência, cultura material, aprendizados intergeracionais, senso comum e cotidiano. Na mesma direção, constata-se o envolvimento do pensamento social com o território [...] (RIBEIRO, 2009, p. 148)

Nesse sentido, é relevante a produção coletiva dos Historiadores Marxistas Britânicos centrada nos estudos sobre gênese, desenvolvimento e expansão do modo de produção capitalista, que marca o campo das ciências sociais e humanas a partir da segunda metade do século XX. Com a teoria da determinação de classes, o grupo



transita para a aproximação da abordagem que incorpora a perspectiva da luta de classes, reconhecendo seu papel central do processo histórico e da constituição do social e produzem análises na perspectiva de superação da metáfora base-superestrutura nos estudos sobre a sociedade.

Desse modo, propõe-se a reconhecer as experiências, ações e lutas históricas das “classes baixas” nos processos sociais e históricos, ainda que em condições objetivas, o que se coloca como questão central para a aproximação à categoria classe social entendida como produto do modo de produção e também como processo, presente no seu próprio fazer-se.

Em estudo de Kaye (1989) sobre a produção coletiva dos historiadores marxistas britânicos, o autor indica que, ainda que o grupo não tenha inaugurado a perspectiva do “popular” ou dos “de baixo”⁶, torna-se referência pela abordagem que trata não apenas sobre, mas desde a perspectiva das classes trabalhadoras e do significado construído por elas, nas particularidades dos contextos vividos, no âmbito das relações sociais de classe.

Dentre os historiadores marxistas britânicos, Edward Palmer Thompson torna-se referência ao imprimir uma abordagem que resgata a história social a partir de homens e mulheres “simples” e, que apreende cultura, na relação com experiência e consciência.

A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca da mesma forma (THOMPSON, 2011, p. 10).

Tendo a vida concreta como seu elemento constitutivo, a cultura é construção social encarnada em contextos, nos quais se pode identificar a existência de interesses comuns (ou não) a outros sujeitos. Os sujeitos constroem a cultura, e a constroem enquanto vivem e tratam a experiência social.

⁶ Kaye (1989) apresenta, em linhas gerais, as particularidades sobre os estudos das estruturas de poder, a Escola dos Annales, os historiadores da modernização e os estudos de enfoque populista-radical e a história “desde baixo” para destacar a originalidade da abordagem dos historiadores marxistas britânicos.



Nesse movimento, é possível a aproximação à contribuição de Edward Palmer Thompson, a partir de sua produção, em especial *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*, de 1990, com estudos sobre costumes e cultura⁷, que superam a abordagem sobre cultura popular como “sistema de atitudes, valores e significados compartilhados” (THOMPSON, 2015, p.17).

Segundo Thompson (2015)

[...] Mas uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob pressão imperiosa – [...]. E na verdade, o próprio termo “cultura”, com sua invocação confortável de consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto (THOMPSON, 2015, p. 17).

Para o autor, a exigência é compreender cultura não como modo de vida em sua generalização, mas como relações sociais entendidas no seu contexto, nas suas particularidades em que se apresentam com contradições, ambiguidades e confrontos.

Nesse sentido, a ênfase se dá nas evidências onde se expressam oposições e rebeldias, entendidas não como “alteração da normalidade” ou simples “eventos pontuais”, como apresenta Kaye (1989) em suas considerações.

Na mesma perspectiva, temos a contribuição de Chauí (2014) para quem as práticas dispersas devem ser apreendidas na sua própria lógica, entendidas pela autora, no campo da cultura popular.

[...] um conjunto disperso de práticas, representações, formas de consciência que possuem lógica própria (o jogo interativo do conformismo, do inconformismo e da resistência), distinguindo-se da cultura dominante exatamente por essa lógica de práticas, representações e forma de consciência (CHAUÍ, 2014, p. 28)

No Brasil, a contribuição de Thompson insere-se nos estudos a partir dos anos 1970, sobre a classe como sujeito político, com práticas políticas diversas em distintos espaços de vida. Nesse sentido, os estudos incorporam em suas análises os

⁷ Em estudos sobre a Inglaterra do século XVIII e início do século XIX, E.P.Thompson faz um debate sobre diferentes enfoques sobre costume - como folclore, como conduta habitual, como regras de procedimentos - para contribuir com a abordagem de costume como cultura popular.



diferentes espaços de experiência social da classe trabalhadora, para além da sua inserção vinculada ao mundo do trabalho - fábrica e sindicato. Busca-se entender o significado e a constituição desses processos, no contexto de surgimento dos movimentos sociais, conforme apresenta Sader (2001).

Desse modo, ao entender cultura como categoria apreendida em suas dimensões objetiva, histórica, relacional e dinâmica, apreende-se que toda cultura é uma cultura de classe.

Como construção social, constituída a partir de relações sociais objetivas de luta pela sobrevivência que envolve conformismo e resistência, rebeldias e estratégias construídas no cotidiano.

Esse movimento nos remete à apreensão dos sujeitos sociais, nas suas relações históricas, de seus conhecimentos construídos e transmitidos entre as diferentes gerações e, das respostas construídas coletivamente, no movimento de mudanças na configuração do modo de produção capitalista.

No contexto de financeirização do capital, em movimento que expande sua base territorial e imprime novas relações sociais *no* e *entre* territórios, ainda expressa a ampliação, de forma contínua, em todas as dimensões da vida para prevalecer sua lógica de mercantilização do cotidiano.

A compreensão desse processo, na lógica histórica, permite uma apreensão de cultura a partir do cotidiano e nele ver o que aponta para a mudança e resistência. Mudanças que ocorrem juntas, e mesmo de forma contraditória, mas que não ocorrem sempre da mesma maneira, num processo de (re)significações.

Nesse sentido, Ribeiro (2009) pontua que o espaço urbano, além de uma condensação de carências, é também depósito de aprendizados, conquistas e projetos populares. Ainda que estes continuem retidos na malha dominante, precisam ser levados em consideração, sobretudo para qualquer intervenção social mediada por políticas públicas, no sentido da construção de uma sociabilidade que rompa com a lógica do capital.

3. RESISTÊNCIAS E TRABALHO SOCIAL NOS TERRITÓRIOS: a dimensão política do trabalho socioeducativo

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO





As ancoragens teóricas em torno do debate de território possuem múltiplas determinações, sendo a escolhida para tecer as reflexões, aqui expostas, aquelas que consideram o lugar vivido e experienciado pelos sujeitos, como espaço de luta, resistência, reivindicação, pertencimento e de identidade.

As experiências históricas explicitam tais reflexões, colocando em debate a discussão sobre classe trabalhadora nos diferentes espaços de vida e experiência social, como a participação nos movimentos de bairro, nos clubes de mães e o movimento de saúde⁸, tendo como elemento crucial a participação popular.

Há de se considerar os processos de luta e resistência e o caráter imponente que o espaço urbano exerce sobre a vida dos sujeitos. Verificamos que este constitui-se o chão do exercício da cidadania, como explicitado por Koga (2011).

O território também representa o chão do exercício da cidadania, pois cidadania significa vida ativa no território, onde se concretizam as relações sociais, as relações de vizinhança e solidariedade, as relações de poder. É no território que as desigualdades sociais tornam-se evidentes entre os cidadãos, as condições de vida entre moradores de uma mesma cidade mostram-se diferenciadas, a presença/ausência dos serviços públicos se faz sentir e a qualidade destes mesmos serviços apresentam-se desiguais (KOGA, 2001,p. 33).

Desse modo, o chão onde a vida cotidiana acontece, ou seja, o local de moradia, a escola, no trabalho, os espaços de lazer constituem-se como impulso às formas participativas sendo possível opinar, questionar e construir novas formas de vida e, mais que isso, de reivindicar acesso a direitos.

Santos (2000) refere que o território em si, não é apenas um conceito, ele se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir de seus usos, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles que dele se utilizam. Assim, consideramos irrecusável o acesso às trajetórias de vida dos

⁸ São exemplos de movimentos: movimento de saúde da Zona Leste de São Paulo, fundado nos anos 1980, um dos mais importantes movimentos de reivindicação já existentes na maior cidade da América Latina e que se constituiu em um dos principais sujeitos na construção do Sistema Único de Saúde (SUS), como apresenta Sader (2001).



sujeitos pertencentes aos seus territórios vividos, os quais são constituídos por experiências, anseios, identidades e intencionalidades.

Dessa forma, o território diz respeito não somente aos aspectos objetivos da realidade vivida pelas populações, mas envolve igualmente sua dimensão subjetiva, que aparece de forma também concreta através das manifestações de sofrimentos, desejos, expectativas, etc. (KOGA, 2011, p. 40).

Ao direcionarmos o debate do território à aproximação da realidade dos sujeitos, levando em consideração que o território é o local por onde as vivências e as potencialidades dos sujeitos se expressam, o entendemos como campo de mediação essencial a execução do trabalho social, que se constitui como uma das ferramentas mais instigantes do exercício profissional dos/as assistentes sociais, principalmente quando fazemos uso da dimensão socioeducativa conferida à profissão.

É possível identificar em diversos estudos da produção de conhecimento do Serviço Social (MIOTO, 2009, 2010; ACOSTA e VITALE, 2014; DUARTE, 2017; GOIS, 2018) que o trabalho social está atrelado à metodologia de trabalho com famílias. No entanto, aqui, compreende-se a dimensão dos sujeitos sociais pertencentes aos elementos relacionais, dinâmicos e objetivos que compõem a categoria cultura, o que amplia a análise para uma metodologia de trabalho que considera o sujeito enquanto ser social com vivências diversas em um coletivo, um cotidiano e um território. Ou seja, um sujeito com experiências muito mais amplas e complexas, inclusive e além das vivências elencadas no cotidiano das famílias. De acordo com Gois (2018),

Considera-se Trabalho Social o processo de trabalho que tem como fundamento as três dimensões: ético-política, teórico-metodológica e a técnico-operativa, na análise da realidade social que integra a caracterização, o cotidiano das pessoas e o território de vivências, para formular, planejar, implementar e monitorar ações por meio programas, projetos e serviços nos três entes federativos: federal, estadual e municipal (CORDEIRO, 2019, p. 89 *apud* GOIS, 2018).

A partir do momento em que o Serviço Social define a perspectiva crítico-dialética para construir seu projeto profissional coloca-se em movimento a análise das contradições existentes no processo histórico, em superar a realidade aparente nas



formas de agir e pensar dos sujeitos, possibilitando a análise das relações sociais no cotidiano dos territórios.

Mioto (2009) considera a perspectiva crítico-dialética fundante no princípio educativo utilizado por assistentes sociais, pois compõe em conjunto com a “pedagogia emancipatória”, conceituada por Gramsci (2002), um dos fundamentos da dimensão socioeducativa nas ações profissionais. Assim,

[...] podem contribuir para o fortalecimento de processos emancipatórios, nos quais há a formação de uma consciência crítica dos sujeitos frente à apreensão e a vivência da realidade, sendo ela, também facilitadora de processos democráticos, garantidores de Direitos e de relações horizontais entre profissionais e usuários, ao mesmo tempo que projeta a sua emancipação e a transformação social (LIMA, 2006, p. 137 *apud* MIOTO, 2009, p. 515).

As ações socioeducativas, segundo Mioto (2009), acontecem vinculadas a três grandes processos de articulação - político-organizativos; planejamento e gestão; e socioassistenciais - que conduzem as diretrizes das ações profissionais nos espaços sócio-ocupacionais e desvelam as demandas advindas dos sujeitos que buscam os serviços para objetivos diferenciados, trazendo as vivências dos territórios.

Em todo o processo de trabalho na dimensão socioeducativa requer a mediação sobre as lutas cotidianas como formas de resistências, principalmente, em territórios localizados nos espaços urbanos, pois as demandas são tão complexas e diversificadas quanto a correlação de forças que estão em jogo na sociedade capitalista (SANTOS; MISAKA, 2019).

Para tanto, as ações socioeducativas, no âmbito dos processos socioassistenciais, estão imbricadas à “socialização das informações”, enquanto garantia de um dos direitos fundamentais à cidadania: o direito à informação (MIOTO, 2009).

Esse direito é um dos princípios contidos nas atribuições e competências de assistentes sociais, por meio da Regulamentação Profissional (Lei n. 8.662/1993), em seu artigo 4º, itens III e IV - a orientação social prestada à indivíduos, grupos e famílias, tem seguimento nos atendimentos e encaminhamentos sobre as devidas providências, na defesa dos seus direitos.



Pelo aporte teórico-metodológico vinculado ao direito da informação nos atendimentos aos sujeitos sociais em seus contextos socio-históricos e territoriais, observa-se que o diálogo entre profissionais e os sujeitos sociais atendidos remete ao processo de construção do protagonismo enquanto classe trabalhadora. Nesse sentido, os sujeitos poderão apreender, a partir de suas singularidades, apreender a realidade de maneira crítica para interferir no próprio rumo da história com relação aos seus direitos civis, políticos, sociais e culturais.

Nos atendimentos, as informações das vivências de sujeitos, afetadas pelas relações capitalistas, também traz ao/à assistente social uma maneira de apreender a realidade, tomando por base as relações sociais que perpassam entre as esferas privada e pública, com a possibilidade de fazer mediação e orientações, segundo alguns conteúdos citados por Santos e Misaka (2019).

Temos a riqueza de conteúdo, experiências e vivências ameadas nos processos relacionais dos sujeitos, podem muito dizer sobre suas interações familiares, sua identidade, inserção no mundo do trabalho, escolarização, relação com as políticas públicas, seus aportes culturais, seu processo de socialização, sua visão de homem e mundo, da sua rede de apoio e relacionamentos sociais, que configuram sua forma de ser e estar em sociedade (SANTOS e MISAKA, 2019, p. 97).

Vale lembrar que as relações sociais criadas no cotidiano da vida estão mais acirradas nos espaços urbanos. São influenciadas pelas imposições culturais da sociedade capitalista, para atender sua ordem social.

O protagonismo dos sujeitos sociais visa prevalecer a constituição cultural enquanto identidade de uma classe, da classe trabalhadora, em seus diferentes enforques de costumes. Demanda ao/à assistente social o respeito às diversas construções de coletivos que incluem a pluralidade das famílias⁹, bem como as diversas religiões em seus aspectos históricos e culturais, e as garantias de movimentos de resistências e lutas que conquistem visibilidade aos direitos de trabalhadores.

⁹ Segundo Cordeiro (2020), as famílias são plurais em sua formação, pois considera-se que seus processos podem incluir as organizações monoparentais, coparentais e multiparentais, nos diferentes contextos determinados historicamente pelo modo de produção e reprodução da vida social capitalista.



Nessa direção, o trabalho social objetiva a construção da autonomia desses sujeitos em uma organização política, para o exercício dos seus direitos, atribuída à visibilidade de um lugar vivido por reivindicações de interesses, legitimando os parâmetros dos direitos sociais.

Para Miotto (2009), a socialização das informações no trabalho social, por meio da dimensão socioeducativa, é diversa.

Abrangem desde o conhecimento dos direitos e da forma de acessá-los, passam por informações referentes ao funcionamento das instituições e dos serviços, da organização do trabalho profissional, dos direitos dos usuários e chegam àquelas relacionadas às necessidades básicas ou às condições específicas de indivíduos ou grupos. Porém, a forma como são trabalhadas essas informações é fundamental para a construção da consciência crítica (MIOTTO, 2009, p. 517).

Aposta-se, portanto, na concepção do trabalho social com diferentes sujeitos sociais enquanto um componente do processo de trabalho de assistentes sociais que visa o caráter participativo, a troca de experiências e de mobilização social, afirmando o caráter político de suas ações junto ao protagonismo de sujeitos sociais que possuem demandas e concepções advindas de suas trajetórias e vivências.

4. TERRITÓRIO DE VIVÊNCIAS E POSSIBILIDADES PARA O TRABALHO: cultura, território e identidades.

A apreensão da realidade para a formulação de políticas sociais públicas, exige o movimento de aproximações e desvendamento das condições reais de vida de sujeitos que compõem os diferentes segmentos da classe trabalhadora. Esse processo de conhecimento pressupõe buscar outros modos que tragam o sujeito para o contato profissional, por meio de abordagens qualitativas na busca do entendimento desses sujeitos coletivos, nas suas singularidades e particularidades.

Diante de uma realidade, que está dada pelo capitalismo, grupos historicamente discriminados, povos que em movimentos por sobrevivência migram de regiões e de países em lutas para sobrevivência, empurrados pelos movimentos do capital globalizado.



A configuração que se coloca é que cada país não é uma ilha, mas grandes porções territoriais, conectadas em novas formatações geopolíticas e ou blocos econômicos. A reorganização dos territórios apresenta-se para as políticas públicas como novas/velhas demandas, quando saem da invisibilidade para buscar por meio das políticas públicas como saúde e assistência social, formas de se regularizar como cidadão e cidadã em nosso país. Desse modo, emergem como expressão da questão social a temática dos processos migratórios.

Em tempos de recorrentes ataques ao Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a precarização das políticas, não impede que essas políticas sejam portas de entradas desses e dessas trabalhadores/as. Nos espaços sócio-ocupacionais, somos impelidos/as a responder às primeiras demandas, quando surgem nas instituições nas quais as e ou os profissionais atuam, mesmo que de forma parcial.

Nessas políticas, de modo privilegiado, o Serviço Social coloca-se como a profissão capaz de atuar na perspectiva de contribuir para a integralidade do atendimento e capaz de dar outras repostas, pois:

[...] somos nós, assistentes sociais, os interlocutores deste segmento que praticamente já não mais interessa a quase ninguém. Homens de rua não votam, imigrantes estão sem trabalho, anciãos não são produtivos sob o ponto de vista do mercado, enfim este é o segmento pensado por muitos como uma população sobrando, sem inserção no mercado de trabalho” (MARTINELLI, 2005 p. 11).

Conhecer de que forma os integrantes desses grupos olham para si e para o coletivo, faz com que nos aproximemos de forma constante para conhecer melhor como se identificam no meio que residem e com o mundo:

Assim sendo, mais do que perguntar por identidade devemos nos perguntar por identidades, por processos de identificação em curso, pois as identidades são, fundamentalmente, condição de ser e possibilidade, são permanências, e são transformações (MARTINELLI, 2013, p. 146).

Nesse sentido, na busca da construção de identidades, de uma relação entre o fazer profissional e as expectativas desses indivíduos coletivos que são atendidos pelas Políticas Públicas, começa a ser pavimentado nas continuas aproximações que



se traçam e entrelaçam no cotidiano e nas demandas pessoais e coletivas que surgem nos atendimentos nas relações fundadas na alteridade, onde para muitos/as migrantes existem dois mundos: o deles/as, fechado no medo do novo, e o novo com o qual se defrontam e procuram construir seu lugar. E, mesmo com essas distinções de lugares de sociabilidade, de diversos modos de vida, de enfrentamento das diferentes expressões da questão social, nas relações cotidianas constroem estratégias de sobrevivência, sustentadas por costumes e formas de sociabilidade recebidas como legado das gerações passadas e construídas com novas relações sociais, em determinadas condições objetivas. Nesses contextos, a relação entre os/as procedentes dos mesmos territórios, para além da precariedade e informalidade nas condições de vida e trabalho, são componentes para a proposição do trabalho social no âmbito das políticas sociais públicas.

É na cidade, potente em configurações territoriais evidenciadas nas construções ou nas ocupações de seus espaços, onde demarcam-se as mais variadas possibilidades de descobertas.

Para o exercício da análise sobre a aproximação dos territórios ocupados por esses trabalhadores e trabalhadoras, propõe-se ser preciso considerar algumas possibilidades de fatores que direcionarão o olhar desbravador: a força da fala/narrativa, o exercício da cultura e a sociabilidade enquanto exercício territorial de ocupação dos espaços urbanos.

O ato de compreender o processo de movimentação de pessoas, tensionadas ou não pelos rumos ditados pela ordem do Capital, as vidas e seus sentidos e significados estão também presentes no fazer-se sujeito social.

O exercício da cultura e o conjunto de elementos subjetivos podem ser fatores essenciais para a compreensão dos processos migratórios e imigratórios. Ainda na levada de comentários acerca dos exercícios de vida, é de suma importância destacar alguns fatores essenciais e que são fundantes a esses processos, tais quais as trajetórias de vida, suas perspectivas e aquilo que diríamos ser o “tempero” cotidiano, qual seja o cenário e ou o contexto da atualidade que está em cena.

Conforme as elaborações de Arruda (2017):



O cotidiano - cenário da ação humana - nos oferece frequentemente uma gama de questões a serem pensadas para pesquisa. Alguns pensamentos podem ser simples, comuns. Outros podem ser complexos. Para entender melhor o pensamento, temos que compreender a presença e/ou ausência das palavras e dos gestos, por isso é interessante apreender o processo de produção das sombras (ARRUDA, 2017, p. 24).

Para além do sentido do significado do cotidiano para Arruda, aqui cabe destacarmos a presença no território, onde a referida ação não deve ser tomada como uma simples interação entre os/as presentes, mas a potencialização do conceito de cultura adquirido em sua trajetória de vida. Aqui lançaremos algumas possíveis chaves analíticas para que as referidas sejam chamarizes para a discussão proposta por esta reflexão: 1) a compreensão de quem ocupa o lugar de fala e ou de exercício da narrativa nos processos de vida em seus respectivos territórios, através das suas cotidianidades e sociabilidades; 2) força da fala, do discurso, das ideias em detrimento do desejo de viver; e 3) Quais os processos urbanos e suas “urbanidades” que servem de interface para a convivência e sociabilidade nos territórios ocupados pela população que migra.

As chaves de análise são bússolas que orientam ao incrível universo do conhecimento a ser depurado, exercitado! Sem essas referências torna-se dificultosa a compreensão dos processos de vida de sujeitos que vivem a imigração, o convívio de pessoas que pertencem ao mesmo conjunto e ou contexto cultural, em constante interação com a característica cosmopolita de novos espaços urbanos.

Nesse sentido, trata-se de apreender, conforme afirma Chauí (2014), que uma cultura resistente a mudanças pode evidenciar um movimento de rebeldia, quando compreendidas em sua lógica própria.

5 CONCLUSÃO

A construção desse artigo nos possibilitou reafirmar a importância de abordar as categorias cultura e território em nossa práxis profissional em tempos de novas/velhas demandas que surgem para o serviço social no contexto de busca por serviços e ou benefícios ofertados nos diversos espaços sócio-ocupacionais onde essas e esses profissionais atuam.



Ancorados nas produções dos historiadores marxistas britânicos a categoria cultura possibilitou romper com os estereótipos construídos pela classe dominante, que usurpa a força de trabalho e também usurpa os espaços, trajetórias, memórias e os frutos da produção imaterial e material da classe que “tudo produz e que a ela pertence”.

Nos enriquecemos ao trazer para nossa construção a categoria territorialidade, pois, na formação acadêmica ou na prática profissional, sua importância, pois é no território onde desvendamos as diversas manifestações da questão social, considerando que são nesses lugares, onde esses sujeitos em suas particularidades e singularidades, constroem suas histórias.

Para nós, trabalhadoras e trabalhadores, compreender esses processos de reprodução de vidas para contribuir com a destruição das bases do sistema capitalista que aliena e mata a consciência de classe na ofensiva de negação de espaços de reprodução das suas diversas manifestações de sua própria história. A máxima do Manifesto nunca esteve tão atual: “trabalhadores do mundo: Uni-vos”

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 15 dez. 2015.

ARRUDA, Daniel P. **Cultura Hip-Hop e Serviço Social**: a arte como superação da invisibilidade social da juventude periférica - Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993a Regulamentação da profissão de Assistente Social. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm. Acesso em: 15 ago. 2021.

CHAUÍ, Marilena de S.. Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. SANTIAGO, Homero (Org.). **Conformismo e resistência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014. Coleção Escritos de Marilena Chauí, 4.

CORDEIRO. L. P. Da sala de visitas ao serviço público: a atuação profissional de assistentes sociais no CEVAT-TJSP. In: MEDEIROS, A; BORGES, S. de S. M. (Orgs.). **Psicologia e Serviço Social: referências para o trabalho no judiciário**. São Paulo: Nova Práxis Editorial: São Paulo, 2019, p. 83-110.



CORDEIRO, L.P. **O Centro de Visitação Assistida “CEVAT-TJSP” na perspectiva do trabalho de assistentes sociais.** Dissertação (mestrado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2016. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/23561> Acesso em 28 ago 2021.

KAYE, Harvey J. **Los historiadores marxistas británicos:** un análisis introductorio; edición y presentación a cargo de Julián Casanova. Zaragoza: Universidad, Pressas Universitarias, 1989.

KOGA, Dirce. **Medidas de Cidades: entre territórios de vida e territórios vivos.** São Paulo, Cortez, 2011.

MARTINELLI, Maria L. A pergunta pela identidade profissional do Serviço Social: uma matriz de análise. In: **Serviço Social e Saúde**, UNICAMP, v. 12, n. 2 (16), jul/dez, 2013.

MARTINELLI, Maria L. Os métodos na pesquisa: a pesquisa qualitativa. In: **Temporallis**. Recife: Editora Universitária da UFPE, ano V, n.9, jun. 2005.

MIOTO, Regina. C. Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2009, p. 513 até 552.

RIBEIRO, Ana C. T. Cartografia da ação social: região latino-americana e novo desenvolvimento urbano. In: **Otro desarrollo urbano: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática**. POGGIESE, Héctor; EGLER, Tamara (org) Buenos Aires: CLACSO, 2009.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena:** experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo – 1970-1980. 4. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

SANTOS, Thais. F. S. dos e MISAKA, André. K. Sociabilidade: mediação do Serviço Social no cotidiano. In: **A história oral na pesquisa em Serviço Social: da palavra ao texto**. MARTINELLI [et.al.]. São Paulo: Cortez, 2019, p. 85-99.

THOMPSON, Edward P. A formação da classe operária inglesa. **A Árvore da Liberdade**, v.1, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

_____. Introdução: costume e cultura. In: _____. **Costumes em comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia. das Letras, 2015.